

Bacurau: uma metáfora dos territórios brasileiros racializados

Lucivânia Nascimento dos SANTOS-FUSER
Mestra em Estado e Sociedade pela UFSB
luciuesc@hotmail.com

Resumo: O filme *Bacurau* é o objeto deste artigo. Considera-se, aqui, o território de Bacurau, nome fictício, uma metáfora das favelas, das áreas mais pobres do Nordeste, e também uma analogia sobre o Cangaço e uma espécie de Canudos vitoriosa, representável por Bacurau em seu estrato social e sua marginalidade espacial. O artigo faz uma analogia entre as paisagens, os massacres e a ausência de infraestrutura urbana no território de Bacurau, e as imagens, as lutas e resistências das populações que vivem em territórios racializados. Utiliza os conceitos de biopolítica e necropolítica e faz uma breve retomada da história social e política do Brasil desde Canudos, passando pelo Cangaço, até a eleição de Bolsonaro para presidente da República, contexto histórico em que *Bacurau* é filmado e lançado. Conclui que Bacurau é um emblema de resistência histórica de povos dos territórios racializados no mosaico do território nacional brasileiro, e das suas lutas pelo direito à vida e ao próprio território, muito além de uma distopia do futuro imaginado no contexto político e social das eleições presidenciais de 2018.

Palavras-chave: resistência, necropolítica, favelas, Nordeste

Abstract: *The film Bacurau is the object of this article. It approaches Bacurau, a fictional name, as an analogy about the Cangaço and a sort of winnig Canudos which can be represented by Bacarau in its social composition and in its spacial marginality. The article compares the landscape, the killings, and the lack of urban infrastructure in Bacurau's territory to people's images, struggles and resistance in racialized territories. It uses the concepts of biopolitics and necropolitics in the making of a brief review of Brazilian social and political history from the Cangaço and the War of Canudos to Bolsonaro's election as the president – the historical context of Bacurau's footing and releasing. The article concludes that Bacurau is a symbol of the historical resistance of Brazilian racialized peoples and their struggle for the right of life and for the territory itself, much beyond a distopia of an imagined future in the social and political context of the 2018 presidential election.*

Keywords: *resistence, necropolitics, shantytowns, Northeastern*

Introdução

Bacurau, vencedor do prêmio do júri do *Festival de Cannes*, Paris, 2019, é um filme brasileiro dirigido por dois cineastas da região Nordeste do país: Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. As cenas do filme foram gravadas no povoado de Barra, zona rural de Parelhas, no estado nordestino do Rio Grande do Norte. Foi lançado em agosto de 2019 no Brasil.

O filme se inicia mostrando o caminho para o território de Bacurau, demarcando o tempo e o local: « *Oeste de Pernambuco daqui a alguns anos* ». As cenas do filme nos remetem às lutas das populações de territórios racializados em todo o país, onde o acesso

à água potável é muito difícil, onde o Estado se faz presente por meio da violência e do utilitarismo. São as favelas do Brasil, é o semiárido nordestino, é Canudos massacrada na guerra das elites regionais e do Estado contra a população pobre do Sertão, são os cangaceiros das camadas miseráveis do Nordeste ocupado por latifúndios originados pelas capitânicas hereditárias dos colonizadores e seus descendentes.

Alves (2019) fala de racialização da violência, do espaço e espacialização da raça, em que « espacialização da < raça > e a racialização do espaço têm-se relacionado, [...] em particular, com a criação, manutenção e reinvenção de condições para a persistência de situações de precariedade habitacional e de segregação residencial. » (Alves, 2019: 2071). Jesus Barreto (2019) também fala de racialização do espaço, considerando-a racismo ambiental e resultado da espoliação da população negra pela elite com respaldo do Estado. E Rego (2018) fala em racialização do Nordeste com base em estereótipos racistas historicamente atribuídos aos nordestinos, e paulistanidade, um regionalismo com base no branqueamento de São Paulo pela imigração de europeus entre o fim do século XIX e início do século XX.

Na presente pesquisa, fala-se em racialização do território, porque o território é um conceito mais restrito de pertencimento de uma porção específica do espaço a um grupo social – em que o grupo também pode sentir que pertence a essa porção do espaço –, ou a um ente estatal, ou a uma instituição. Como diz Milton Santos, « o território usado é o chão mais a identidade. » (Santos, 2011: 14).

Entende-se, neste artigo, como racialização do território o processo de inferiorização e exclusão social e/ou espacial de um grupo étnico-racial em que são inferiorizados o grupo étnico-racial e o seu território. Faz-se uma analogia do território de Bacurau e de sua trama cinematográfica aos territórios racializados do Brasil, tendo-se assistido ao filme e feito uma pesquisa bibliográfica em livros, jornais virtuais e artigos científicos. Utilizam-se como fundamentos os conceitos de biopolítica (Foucault, 1999; 2008) e de necropolítica (Mbembe, 2016).

Bacurau e o Nordeste do Brasil: dos conflitos políticos às lutas armadas no Sertão

O povo de Bacurau é o personagem principal desse filme, em que povo e território se confundem por meio da identidade socioterritorial da comunidade, composta predominantemente por negros, alguns criminalizados, como Lunga, uma heroína transexual negra, vista como líder pelo povo de Bacurau e como bandida pelos poderosos da mídia nacional. Ela é citada como procurada pela Justiça em um telejornal fictício chamado *Brasil do Sul*, que aparece numa das cenas iniciais, quando a personagem Teresa está chegando a Bacurau para o enterro da sua avó, Carmelita, num carro-pipa conduzido por Erivaldo, que também faz parte da comunidade de Bacurau. O território é um distrito do município ficcional de Serra Verde, oeste de Pernambuco, segundo a narrativa do filme.

Teresa é uma mulher negra nascida em Bacurau. Ao retornar ao povoado para o enterro de sua avó, está usando um jaleco branco, o que marca a personagem como alguém que cursou ou cursa Ensino Superior. O filme narra uma história de ficção sobre um futuro em que um pequeno povoado fictício do Nordeste brasileiro é alvo de uma caçada genocida empreendida por estadunidenses racistas com apoio de brasileiros do Centro-Sul. Trata-se de um turismo de caça humana, em que matar os moradores vale pontos, como num jogo de videogame, mas os alvos são pessoas no espaço real.

A vida cotidiana dos moradores de Bacurau é uma convergência de lutas por sobrevivência, desde a luta pelo acesso à água ao direito à educação formal numa escola

com infraestrutura precária, visivelmente descuidada pelo poder público municipal, mas que conta com o trabalho do professor de Geografia, Plínio. Os próprios moradores se organizam para gerir o território, garantir acesso à água, à Educação e alimentação.

O personagem que representa o Estado é Tony Júnior, prefeito que só aparece no lugarejo durante períodos eleitorais, o que passa a lhe conferir impopularidade entre os moradores de Bacurau. Eles se recusam a recebê-lo na nova campanha das eleições municipais, e se mantêm com as suas portas e janelas fechadas, gritam palavras de insultos demonstrando seu repúdio ao prefeito, que se retira da cena sem o apoio da população local. Ao partir, Tony Júnior deixa-lhes um amontoado de livros velhos despejados de um caminhão na rua, alimentos com prazo de validade vencido e medicamentos em fase de experimentação. Ao final do filme, descobre-se o envolvimento do prefeito com a chegada dos “turistas” estadunidenses para a caçada humana. Nisso incidem a “biopolítica” e a “necropolítica” do Estado, com o envolvimento do prefeito no que seria um genocídio planejado do povo de Bacurau, além de sua negligência com a saúde e com as necessidades básicas da população do povoado. Foucault (2008) explica a biopolítica como « [...] uma maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças [...] » (Foucault, 2008: 431).

Segundo Foucault (1999), na segunda metade do século XVIII, na Europa, a biopolítica opera de certa forma, no sentido de “fazer viver” ou “deixar viver”, contabilizando e tendo como alvos de sua preocupação indicadores que afetam a “economia política”, como índices de natalidade, mortalidade e longevidade (Foucault, 1999: 289-290). Nesse sentido, Foucault explica que, à medida que se avançou para o século XIX, a biopolítica se ocupava de garantir longevidade, através da preocupação com a higiene e da medicalização da população, e, no fim do mesmo século, já se voltava para questões de assistência social e previdenciária para pessoas que ficavam “fora do circuito” por idade, doença, acidente, deficiência (Foucault, 1999).

Mas a biopolítica passa a operar através do racismo de Estado no século XIX como « uma espécie de estatização do biológico. » (Foucault, 1999: 286). Para esse autor, « agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, [...] o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida. » (Foucault, *op. cit.*: 296). No entanto, nesse contexto em que a biopolítica se ocupa cada vez mais da longevidade da população, para Foucault (1999), o meio que o Estado encontra para matar seus súditos é o racismo: « Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos, mas também seus cidadãos? » (Foucault, *op. cit.*: 304).

A resposta de Foucault para essa pergunta é a seguinte: « É aí, creio eu, que intervém o racismo. [...] O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. » (Foucault, *ibid.*). Vale ressaltar que o contexto de biopolítica de preocupação com a melhoria da vida, através de medidas sanitárias, como ocorria na Europa, no Brasil inicia-se no fim do século XIX e começo do século XX, e é caracterizado ainda pelo final do período de escravidão e total exclusão de cidadania aos negros. Zilly (1999) afirma que, nesse período, nas primeiras décadas da República, que foi proclamada em 1889, ainda se discutia se os negros e os índios seriam cidadãos brasileiros, e que, se a elite brasileira pudesse, teria escolhido outro povo para pertencer e constituir uma nação.

Outra noção na qual se fundamenta para relacionar Bacurau aos territórios racializados brasileiros, neste artigo, é a necropolítica. Mbembe (2016: 146) define

necropolítica como « as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte ». Esse autor fala da « eficácia da colônia como formação de terror » (Mbembe, 2016: 132), que, segundo esse autor, está associada à « domesticação da guerra e à criação de uma ordem jurídica europeia. » (Mbembe, *ibid.*). Essa ordem está fundada em « dois princípios-chaves’: igualdade jurídica de todos os Estados », o que implica o « ‘direito de guerra’ (de tomar a vida) » e respeito às fronteiras e soberania no sentido de não reconhecer nenhuma autoridade como superior ao Estado para além de suas fronteiras. A guerra é considerada guerra entre « Estados civilizados. » (Mbembe, 2016:133).

Esse autor explica que as colônias e os povos colonizados, escravizados, não eram vistos pelos europeus como atores políticos e soberanos. Por não constituírem um espaço jurídico, as colônias podiam ser governadas na « ilegalidade absoluta » (Mbembe, 2016:132), o que tornava permitido o uso da violência sem limites pelos colonizadores.

Do mesmo modo, considera-se, neste artigo, que a violência sobre as favelas como territórios racializados no contexto da biopolítica no Brasil parte dos pressupostos racistas de que seus habitantes não são sujeitos de direito, não possuem cidadania, e que, portanto, esses territórios podem ser governados sob a ilegalidade, sem limites sobre a violência utilizada a pretexto da imposição da ordem, em nome da civilização, para proteger o restante da cidade, tanto quanto se fez nas colônias modernas, que, conforme Mbembe (2016), « são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’ » (Mbembe, 2016: 133).

Mbembe (*op. cit.*) fala sobre a “máquina de guerra” que opera em territórios africanos nas últimas décadas, como consequência da incapacidade dos Estados das ex-colônias de administrar o território com o monopólio da violência legítima, devido às limitações econômicas decorrentes da ocupação colonial europeia responsável pelo processo de espoliação dos recursos e de esfacelamento da organização social. Nesse contexto a guerra « [...] é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas que controlam territórios bastante distintos » (Mbembe, 2016: 141).

De forma análoga, ocorre a necropolítica em territórios racializados brasileiros entre polícia, poder paralelo (narcotráfico) e cidadãos desarmados nas favelas em momentos de conflitos armados, ou de uso da violência desses grupos militares ou paramilitares em outros contextos. Foi assim contra os sertanejos nordestinos em Canudos no fim do século XIX, e contra o Cangaço até 1930, com a presença de forças militares oficiais do Estado, a serviço das elites, e jagunços (matadores a serviço dos latifundiários) de um lado, e os cangaceiros, de outro.

As semelhanças entre Bacurau e outros territórios racializados do Brasil não são poucas: distância dos centros urbanos, espaço semiurbano, sem infraestrutura, a necessidade de defender a própria vida da repressão violenta do Estado ou de se inserir no poder paralelo e em atividades criminosas por falta de inserção na sociedade devido às discriminações raciais e de origem territorial, por estar dentro de um horizonte de possibilidades limitadas e de obstáculos sociais.

O povoado onde se fez a filmagem de *Bacurau*, Barra, situa-se « no coração desse sertão do Seridó », conforme Medeiros (2019), caracterizado pela Caatinga – bioma com vegetação xerófila – a 24 km de estrada de terra da cidade de Parelhas (RN). O território fictício Bacurau, que segundo o filme se situa no Oeste de Pernambuco, também está compreendido no Sertão nordestino, que se constitui como um cenário de lutas históricas do povo pela vida devido às condições naturais e à concentração de renda.

Apesar de narrar uma distopia do futuro, em que o território de Bacurau sofre com a seca de uma crise ambiental e com o ataque genocida, o desenrolar da trama faz aflorar à

superfície as raízes da história do país dividido em regiões, em raças e em classes. O filme traz à tona os conflitos étnico-raciais e regionais do Brasil. Os dois personagens brasileiros do Sul (um homem e uma mulher) demonstram preconceito regional e sentimento de superioridade racial em relação aos personagens moradores de Bacurau, por se tratar de um povoado da região Nordeste, que, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), é composta por nove estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão.

Na realidade brasileira, a xenofobia contra nordestinos tem origens históricas e é um desdobramento do desenvolvimento desigual do país entre as suas regiões. As elites do que se tornou a região Nordeste perderam importância política e econômica (Albuquerque Júnior, 2011) a partir do declínio da cana-de-açúcar, que era cultivada naquela região e constituía a principal atividade de exportação do Brasil entre o século XVI e o início do século XVIII (Vieira, 2010).

Albuquerque Júnior (2011) explica que o termo Nordeste passou a designar uma área do antigo Norte atingida pelas grandes secas e denominada semiárido, alvo de estereotipia por meio da repetição de imagens como o messianismo, o Cangaço e a seca. Com isso, atribuíram-se aos seus habitantes estigmas como loucos, fanáticos, primitivos e violentos. A nova região foi chamada de Nordeste por órgãos oficiais pela primeira vez em 1920, quando foi criada a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS). Foi oficialmente classificada como região Nordeste em 1940, pelo IBGE (Albuquerque Jr., 2011).

Misturam-se, nesse emaranhado discursivo do Sul sobre o Nordeste, a eugenia, o darwinismo social e o naturalismo. Nesse contexto, entre o fim do século XIX e início do século XX, chega-se a afirmar que “os eugênicos” (ou seja, os brancos) do Norte migrariam para o Sul, já que as condições naturais e sociais do Norte seriam mais apropriadas aos negros (Albuquerque Jr., 2011).

De acordo com Zilly (1999), toda essa ideia que se fazia dos sertanejos, nesse período, influenciou a opinião pública do Sul no apoio à Guerra de Canudos, travada entre os anos de 1896 e 1897. Canudos foi um vilarejo no Sertão da Bahia, cujo povoamento, liderado pelo beato Antônio Conselheiro, iniciou-se em 1893, e havia alcançado mais de 20 mil sertanejos em 1897, devido às melhores condições de vida existentes em Canudos em comparação com outras vilas da Bahia. Canudos era autônomo, desligado da organização oficial da Igreja e do Estado. Era uma “miniatura de Estado” dentro de outro Estado (Zilly, 1999: 14).

Em 1896, apoiadas pela Igreja, as autoridades e as elites econômicas empreenderam ações militares para dissolver o povoado autônomo, deflagrando a Guerra de Canudos, terminada em 1897, com o massacre de 25.000 sertanejos canudenses até a destruição do seu « último casebre » e o extermínio de todos os seus moradores. Depois de concluído o massacre, o escritor e jornalista Euclides da Cunha, que estava na região escrevendo para o jornal *O Estado de São Paulo*, qualificou a Guerra de Canudos como um “crime de fratricídio”, cometido pelo Estado e pela nação brasileira (Zilly, 1999).

A ideia de que o Nordeste é uma parte atrasada do Brasil, e que impede o desenvolvimento do país, ainda hoje está presente em postagens de internautas do atual Sudeste, região que até as primeiras décadas do século XX se autodenominava Sul. Durante os períodos de eleição presidencial o país fica dividido não apenas entre direita esquerda, mas entre Nordeste e Sul, como se vê nas postagens xenófobas de internautas: « ‘Nordestino não é gente. Faça um favor a SP: mate um nordestino afogado!’ [...] ‘Deem direito de voto aos nordestinos e afundem o país de quem trabalhava pra sustentar os vagabundos que fazem filho pra ganhar a bolsa de 171’ » (Brasil 247, 2012).

No contexto eleitoral de 2018, a xenofobia volta a ganhar força: « ‘Se o nordestino tivesse a cabeça redonda pensaria melhor’ » (Hora do Povo, 2018) [uma alusão ao

estereótipo de que nordestino tem cabeça achatada]. Outros eleitores de Bolsonaro postaram: « Nordestino vota no PT, mas depois vem pro Sul procurar emprego' [...] 'Nordestino não é gente' » (Hora do Povo, 2018). O fato de que a esquerda ganhou mais votos que a direita no Nordeste suscitou manifestações dessa xenofobia nas redes sociais, pois tanto a direita quanto a extrema-direita eram – e são – as preferidas do Centro-Sul, como se pode ver em D'Agostino (2014) e em *Hora do Povo* (2018).

Há uma ideia equivocada e xenófoba de que o Nordeste é sustentado pelo Sul devido à distribuição dos pagamentos do Bolsa Família, um programa criado pelo governo Lula através da Lei nº 10.836, de 2004 (Brasil, 2004) e que se destina à população mais pobre em todo o país, consistindo na distribuição de bolsa em dinheiro para crianças de famílias com baixa renda. Com o discurso xenófobo, escamoteiam-se a pobreza e a miséria existentes no Sudeste e no Sul, onde o capital é concentrado nas mãos de uma pequena minoria da população.

No filme, aparecem os elementos discursivos do armamentismo presentes na sociedade estadunidense e na campanha eleitoral de Bolsonaro em 2018, com turistas que viajam dos Estados Unidos para uma excursão de caçada humana no Sertão do Nordeste – um jogo que tem apoio logístico dos dois personagens brasileiros sulistas. O objetivo do jogo é matar sertanejos de Bacurau e tirar completamente do mapa aquela localidade e seus moradores. Sobre o contexto socioterritorial do filme, Kleber Mendonça Filho, um dos diretores de *Bacurau* (2019), afirmou em entrevista jornalística: « O filme traz 'observações' [...] sobre a vida no mundo, no Nordeste, no Brasil, sobre ser latino-americano, ser brasileiro em relação ao mundo » (Godoy, 2019).

As “horas do bacurau”: os conflitos armados

« São horas do bacurau », diz a canção *Bichos da noite*, de Sérgio Ricardo, que é cantada pelos moradores na cena do enterro da matriarca e líder local Carmelita, bastante idosa, morta por causa natural. Bacurau é um pássaro que, segundo a personagem Luciene, só “sai” (voa) à noite, e que « é bravo » (*Bacurau*, 2019). O filme evoca na canção e na fala dessa personagem o passado de lutas contra as elites regionais e nacionais. A braveza do pássaro alude aos sertanejos que lutaram contra a exploração e a repressão, seja de forma desordenada, como aconteceu no Cangaço, seja de forma orientada e organizada, como em Canudos. Agora, novamente, seria a hora do bacurau, hora de sair bravo à noite que se abatia sobre o povoado no filme e, por analogia, sobre o país, no contexto político e social em que o filme foi lançado.

O Cangaço é caracterizado por W. Santos (2018: 2) como « um movimento social armado, contextualizado por disputas políticas, por terras e a luta pela honra ». Existiam diversos bandos de cangaceiros, cada um com seu líder. Como “estopim do movimento”, esse autor cita « a inércia do governo brasileiro ante a miséria e a desigualdade social que afligiam a população desta região no período compreendido entre o final do Segundo Império e a década de 1930 » e também « o isolamento e da falta de comunicação com outras regiões do país » (Santos, *ibid.*). Tendo a região semiárida do Nordeste, o Sertão nordestino, como área de abrangência, os cangaceiros agiam muitas vezes em benefício próprio e com a extrema violência, mas, por outro lado, roubavam bens e alimentos de comerciantes e fazendeiros e os distribuíam aos mais pobres (Santos, 2018).

Para Costa (1994, *apud* Santos, 2018), a origem do Cangaço coincide com a origem da ocupação portuguesa no Brasil « do português, das capitânicas hereditárias, [...] da Guarda Nacional, [...], o Brasil de suas disputas internas e eternas desavenças que foram embriões, célula-ovo de onde germinaram o jagunço e o cangaceiro. » (Costa, 1994, *apud*

Santos, 2018: 4). Segundo Mello (2004, *apud* Santos, 2018), a violência, que foi a forma que o colonizador português e seus descendentes utilizaram para ocupar o espaço e se apossar do território, matando e escravizando os índios, escravizando os negros, perdurou como herança da colonização. No Sertão, primeiro se fez a guerra contra os índios e, depois, surgiram os conflitos pela posse de terra entre os colonizadores e, por fim, entre os descendentes dos colonizadores.

Ribeiro (1995) explica que a abolição da escravidão no Brasil não deu oportunidade de cidadania aos negros, que passaram a constituir uma massa analfabeta subassalariada. A ideia que se tinha sobre o recebimento de salário era de que isso era um direito dos brancos (Quijano, 2005), notando-se esse pensamento entranhado na sociedade brasileira até a primeira metade do século XX, com efeitos na formação das classes sociais até hoje. Observa-se esse pensamento na fala do personagem sertanejo Fabiano, um trabalhador rural, no filme *Vidas Secas* (1963), adaptação do cineasta Nelson Pereira dos Santos a partir do livro homônimo de Graciliano Ramos, com primeira edição em 1938. Ao reclamar ao patrão que seu salário estava inferior ao valor combinado, Fabiano diz: « - Sou negro não! » (Santos, 1963: 00:35:44). E o coronel responde com a voz muito elevada: « - Negro não tem nenhum aqui! » (Santos, 1963: 00:35:45).

Segundo W. Santos (2018), com o fim da escravidão, parte dos ex-escravos passa a ser recrutada como jagunços pelos “coronéis” ou a encontrar no banditismo do Cangaço uma forma de sobrevivência. Os jagunços, também chamados de “cabras” ou “capangas”, eram homens contratados pelos latifundiários para expulsar posseiros (Barreto, 2004, citado por Santos, 2018) e atuar nos conflitos violentos entre latifundiários na disputa pela terra (Santos-Fuser, 2019).

No filme *Bacurau* (2019), nas horas do conflito armado, “horas do bacurau”, memórias do Cangaço são vistas por um dos etnicidas estadunidenses nas paredes do museu do povoado. Acácio, conhecido no mundo do crime como Pacote, vai ao encontro de Lunga, que vive com seu pequeno bando armado numa represa seca afastada do povoado. Então, mostra a ela os cadáveres dos dois homens de Bacurau que foram mortos na fazenda Tarairú enquanto levavam cavalos de volta à fazenda de Marcelino. Ocorrerá uma chacina naquela fazenda e, no dia seguinte, esses dois moradores de Bacurau haviam sido assassinados na estrada. Àquela altura, já estava ocorrendo a matança de sertanejos pelos brancos estadunidenses, mas esses dois homens de Bacurau foram executados pelos brasileiros sulistas, após a chacina cometida na fazenda (*Bacurau*, 2019). Até então, o povo de Bacurau ainda não sabe o que está por trás de tanta morte.

Lunga conta a Acácio que havia tentado, junto com os seus companheiros, recuperar o acesso do povo à água através de troca de tiros com os seguranças que vigiavam o manancial que fora apropriado por particulares com respaldo do prefeito. Ela e seus companheiros são uma esperança de proteção, e vão ao vilarejo de Bacurau a convite de Acácio. Familiares e amigos choram a morte das vítimas. Uma roda de capoeira acontece, simbolizando a preparação para a luta. Após jantar em meio à comunidade, ao ar livre, Lunga avisa: « - Agora a gente tem um buraco pra cavar. ». Com uma pá na mão, a líder mede o buraco com seus passos e diz: « - É aqui ». Todos começam a cavar junto com ela (*Bacurau*, 2019).

Entre os episódios suspeitos que se sucedem, inclui-se a chegada dos dois sulistas, em motocicletas, a Bacurau. Eles entram numa pequena mercearia, conversam com a comerciante Luciene, que os atende, compram água mineral e observam tudo com olhar de superioridade. A sulista pergunta a Luciene: « - Quem nasce em Bacurau é o quê? ». Uma criança responde: « - É gente ». « - Motoqueiro de capacete aqui não é coisa boa não » – diz a comerciante aos forasteiros. Durante essa visita à mercearia, a carioca esconde um dispositivo eletrônico embaixo de uma prateleira de metal para interromper

o sinal de internet. O objetivo da ação é retirar Bacurau do mapa, literalmente. Ao sair da mercearia, são abordados por um repentista, o típico cantador nordestino que faz versos de improviso. Num trecho da canção, o artista provoca: « ‘Esse povo do Sudeste não dorme nem sai no sol, aprendeu a pescar peixe sem precisar de anzol. Se acham melhor que os outros, mas ainda não entendeu que São Paulo é um paiol’. ‘- Como ele sabe que eu sou de São Paulo?’ » questiona a moça sulista ao comparsa. Ela oferece dinheiro ao repentista e diz: « - Eu sou do Rio » (*Bacurau*, 2019).

Os dois sulistas retornam ao quartel-general do jogo de matar, onde todos falam em inglês, e que fica situado próximo ao povoado de Bacurau. Uma estadunidense conversa com alguém por vídeo, contando a origem de sua paixão pelas armas. Em seguida, inicia-se uma reunião no quartel-general, onde se comenta o sucesso da chacina ocorrida na fazenda. Atesta-se que Bacurau está sem sinal e fora do mapa do *Google*. « — *Vocês são cowboys no Brasil?* » pergunta um dos jogadores estadunidenses aos sulistas. « — *Não, nós não somos dessa região* » – responde o sulista. Willy, também estadunidense e participante do jogo, intervém: « - E de onde vocês são? ». ‘- Nós somos do Sul do Brasil, uma região muito rica, com colônias alemãs e italianas. Somos mais como vocês’. » (*Bacurau*, 2019) – o sulista responde, tentando se diferenciar dos sertanejos aos olhos dos estadunidenses.

Os dois sulistas são alvos de zombaria pelos estadunidenses, que não os veem como brancos: « - Eles não são brancos, são? Como podem ser como a gente? Nós somos brancos. Vocês não são brancos. Eles são brancos? » – zomba Terry. Um dos caçadores estadunidenses pega um binóculo para analisar seus fenótipos e diz: « — Eles meio que parecem brancos. ». O estadunidense continua: « - Os lábios e o nariz dela entregam, não? Eles estão mais para mexicanos brancos » (*Bacurau*, 2019).

Um dos estadunidenses comenta que o sulista poderia ser italiano ou “polaco”. Michael, líder estadunidense do jogo étnico, começa a deixar claro que se trata de um acerto de contas por eles terem matado os dois homens na estrada. Eles não poderiam matar moradores de Bacurau porque não estão ali como jogadores. Os estrangeiros executam a dupla sulista à mesa, ao final da reunião (*Bacurau*, 2019).

A cena é cortada para a fazenda onde ocorreu a chacina, pondo em tela as imagens dos corpos nordestinos ensanguentados (*Bacurau*, 2019), deixando claro, assim, que a valoração dos corpos brasileiros brancos e não-brancos é a mesma nos critérios racistas e xenófobos estadunidenses. A xenofobia regional e o racismo dos sulistas soaram ridículos para os racistas estadunidenses, que não os enxergam como iguais a eles próprios. Portanto, não sendo brancos, suas vidas são descartáveis, tanto quanto as vidas nordestinas de Bacurau.

Um pouco mais tarde, os moradores escutam os gritos das crianças locais, e Lunga conclui que o povoado está sendo atacado. Os moradores seguem com lanternas para verificar o que aconteceu. Uma mãe chora a morte de um menino, assassinado por um dos estrangeiros, na escuridão da noite. Um casal de idosos decide fugir de Bacurau e é interceptado na estrada, onde são metralhados por dois estadunidenses. No dia seguinte, outra dupla estadunidense, Kate e Willy, parte para Bacurau a fim de matar um casal do povoado, Damiano e Daisy, e são recebidos por eles a tiros (*Bacurau*, 2019). Nessa cena, ocorre a primeira reação armada dos sertanejos ao genocídio.

Terry entra no Museu de Bacurau, cuja parede ostenta imagens antigas de cangaceiros. Um recorte de jornal traz a manchete: « Coeteiros de Bacurau são presos pela volante ». Provavelmente, a notícia se refere ao refúgio que teria sido concedido pelos antigos moradores de Bacurau aos cangaceiros. O estrangeiro constata que havia armas expostas na parede e que recentemente foram retiradas – um sinal de que os moradores poderiam estar armados (*Bacurau*, 2019).

Michael mata dois nordestinos que traziam caixões. Ele também executa um dos próprios integrantes de seu grupo, traiçoeiramente, à distância, quando caminhava numa rua de Bacurau – ato que reforça o caráter psicopata da ação etnicida. A reação dos moradores é inesperada e fulminante. Lunga atira em Terry dentro do museu. Em seguida, outro estadunidense, Joshua, aproxima-se, também recebe um tiro e é degolado. Lunga sai do museu com sua cabeça na mão. Vitorioso, o povo de Bacurau se reúne em frente ao museu, carregando os caixões e corpos dos nordestinos assassinados. Pacote, que vinha tentando sair do crime, pergunta a Teresa: « ‘- Você não acha que houve exagero não’. ‘- Não’. » (*Bacurau, op. cit.*). Moradores filmam, com seus telefones celulares, as cabeças dos degolados (*Bacurau, op. cit.*). No passado, as cabeças dos cangaceiros também foram degoladas e expostas ao público pelas autoridades. Revela-se que o prefeito Tony Júnior respaldou o genocídio. Plínio comunica-lhe que ele será executado. Em seguida, Michael é enterrado vivo.

Bacurau e as favelas do Brasil

Valladares (2000: 6) aborda as origens das favelas cariocas e o seu processo de construção social. Segundo essa autora, atribui-se aos cortiços a origem das favelas no Rio de Janeiro, tanto pela existência do “Cabeça de Porco”, maior cortiço da cidade, composto por casebres e barracões, quanto pela origem da ocupação ilegal dos morros cariocas após o “bota abaixo” do centro da cidade, em que o prefeito Francisco Pereira Passos se propôs, no início do século XX, a « sanear e civilizar a cidade acabando com as habitações anti-sanitárias. » (Valladares, *ibid.*)

Sobre as origens das favelas, associadas aos anos finais de escravidão e após a sua abolição oficial em 1888, Ribeiro (1995: 221) afirma que os negros, após o fim da escravidão, « não podiam estar em lugar nenhum » abandonavam as fazendas e saíam em busca de terrenos para acampar e produzir para sua subsistência, mas ao chegar numa área, os « fazendeiros vizinhos se organizavam e convocavam forças policiais para expulsá-los, uma vez que toda a terra estava possuída e, saindo de uma fazenda, se caía fatalmente em outra. » (Ribeiro, 1995: 221).

Desde o período escravocrata – e mesmo após esse período –, havia um consenso entre as elites de que a remuneração era prerrogativa dos trabalhadores brancos (Quijano, 2005), de tal forma que, mesmo com o fim oficial da escravidão e, depois, na industrialização, não se recrutavam negros para o trabalho livre remunerado nas fazendas e nas indústrias. Em lugar disso, o Estado buscava o branqueamento da população brasileira trazendo mão de obra branca para esses trabalhos, com a vinda de imigrantes italianos, espanhóis e alemães (Maia & Zamora, 2018).

Ribeiro (1995) conta que as elites brasileiras negaram à população negra, mesmo após a abolição da escravidão em 1888, o direito à posse de terra e de frequentar escola, e assim,

Grande parte desses negros dirigiu-se às cidades, onde encontrava um ambiente de convívio social menos hostil. Constituíram, originalmente, os chamados bairros africanos, que deram lugar às favelas. Desde então, elas vêm se multiplicando, como a solução que o pobre encontra para morar e conviver. Sempre debaixo da permanente ameaça de serem erradicados e expulsos (Ribeiro, 1995: 222).

Desse modo, percebe-se que as classes sociais e econômicas da população brasileira estão divididas em raças, e que os locais com pior ou nenhuma infraestrutura são

habitados pelos mais pobres, que, coincidentemente, são os não-brancos, em sua maioria. As favelas, ou ocupações irregulares e com habitações precárias, já existiam nos morros no século XIX, principalmente habitadas por negros, mesmo antes da destruição dos cortiços. Mas elas crescem e se difundem ainda mais devido às reformas urbanas sanitárias no início do século XX, realizadas sem nenhum tipo de preocupação com o destino dos pobres e de sua pobreza, que a administração pública pretendia esconder do centro da cidade carioca.

Nesse sentido, após a demolição dos cortiços, as preocupações sanitárias e morais se voltam para os morros, em especial o morro da Providência, que passou a se chamar morro da Favella, nome associado à Guerra de Canudos – onde havia um morro com esse nome -, por « abrigar ex-combatentes que ali se instalaram. » (Valladares, 2000: 7). Desde então, passam a ser denominados favellas « aglomerados de casebres sem traçado, aruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar no centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro. » (Valladares, *ibid.*).

A crescente ocupação dos morros pelos negros nas últimas décadas do século XIX se deve à sua total exclusão da sociedade brasileira naquele período, perdurando por longas décadas do século XX. Embora, segundo Valladares (2000), alguns morros tenham sido ocupados por imigrantes portugueses, italianos e espanhóis, o que entra para a história é o morro da Favella, como alvo de política de “higienização” durante a vacinação liderada por Osvaldo Cruz, com ordens para os moradores se retirarem da Favella em dez dias (Valladares, 2000).

Assim, a origem das favelas no Rio de Janeiro tem como uma das causas a biopolítica, uma vez que a “higienização” da cidade significava remover os pobres, ora do Centro, sem dar-lhes alternativa de estrutura e de moradia, ora das suas habitações no morro, atribuindo a eles e às suas moradias a causa das doenças e epidemias. A “higienização” consistia em retirar-lhes do Centro ou dos morros para proteger e “deixar viver” o resto da cidade e da sociedade, removendo os pobres como a uma sujeira.

As favelas são, portanto, territórios criminalizados e tratados como uma ameaça ao restante da cidade, vistas historicamente como reduto de malandros. E também são territórios racializados, discriminados racialmente, de modo que ser “favelado” passa a conotar uma raça inferior associada àquele território e à pobreza, uma raça inferiorizada. Como exemplo disso, Anielle Franco, irmã de Marielle Franco (ambas originárias da favela da Maré, na cidade do Rio de Janeiro), sofreu em 2020 ataques racistas por portar uma bolsa com a imagem da irmã. Marielle Franco era uma vereadora do Rio de Janeiro, negra, de esquerda, assassinada por milicianos em 2018, época em que denunciava pelas redes sociais os abusos repressivos do Batalhão da Polícia Militar na favela de Acari, em 2018 (Lang & Bianchi, 2018).

Dois anos após sua morte, o ódio fascista à memória de Marielle Franco permanece, e fica evidente que não se trata apenas do fato de que ela era de esquerda. Esses ataques têm a ver, sobretudo, com sua origem racial e territorial, de modo que nem o fato de ser uma vereadora impediu a desvalorização de sua vida. « Preta favelada: na reta final da gestação, Anielle Franco é atacada na rua por usar uma bolsa com a imagem da irmã, Marielle » (Nascimento, 2020). O portal *Mundo Negro* informa ainda que Anielle é « jornalista, professora e ativista », « está na 37ª semana de gravidez », e que quase perdeu o equilíbrio ao ter a bolsa puxada por um homem branco que lhe havia dito que a sua bolsa era horrível, ao que ela respondeu com um xingamento, sendo então chamada de “preta favelada”. Ela respondeu finalizando: « Com muito orgulho, e irmã dela também » (Nascimento, 2020). Fica evidente, nesse episódio, a associação dos termos em que raça e território se fundem. Classe social, raça e espaço no Brasil estão imbricados. Isso

decorre da colonização, em que a população foi hierarquizada em classes, tendo a raça como critério (Quijano, 2005).

A dissertação de mestrado de Marielle Franco traz o título *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da Política de segurança Pública do estado do Rio de Janeiro*. Franco (2014) fala sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), elemento central de uma política pública de segurança do governo estadual do Rio de Janeiro, que instalou unidades policiais nas favelas da capital do estado:

A abordagem das incursões policiais nas favelas é substituída pela ocupação do território. Mas tal ocupação não é do conjunto do Estado, com direitos, serviços, investimentos, e muito menos com instrumentos de participação. A ocupação é policial, com a caracterização militarista que predomina na polícia do Brasil. Está justamente aí o predomínio da política já em curso, pois o que é reforçado mais uma vez é uma investida aos pobres, com repressão e punição. (Franco, 2014: 123)

Silva *et al.* (2009, citados por Franco, 2014: 63) assinalam que o Observatório de Favelas se opõe ao estigma da violência que é atribuído às favelas, destacando a “sociabilidade”, as « pluralidades de convivências » e as « manifestações culturais » existentes nesses territórios. Essa entidade enfatiza que lá residem predominantemente pretos e pardos. « A favela », acrescenta, « é um território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes... Portanto, territórios sem garantias de efetivação de direitos sociais » (Silva *et al.* 2009, *apud* Franco, 2014: 63).

Desse modo, percebe-se que, tanto Bacurau quanto as favelas, ao mesmo tempo em que são abandonados pelo Estado, apresentam sociabilidade e solidariedade entre os moradores. A violência não ocorre o tempo todo. As favelas não são espaços violentos, e sim territórios para onde a violência do Estado se direciona como biopolítica. Até mesmo o narcotráfico, que opera em muitas favelas, muitas vezes como instrumento de necropolítica, não está o tempo todo em conflito, exercendo algumas vezes um papel de poder paralelo de gestão do território, tanto sentido de “fazer morrer”, quanto de “deixar viver”. O crime organizado usa a violência, mas essa violência não define as populações residentes nas favelas.

A necropolítica incide nos conflitos entre facções do narcotráfico em favelas, e em certos momentos no interior dessas facções, por se tratarem de vidas que valem menos para o Estado e para a sociedade. Esses conflitos ocorrem nos territórios em que a limitação de possibilidades de inserção social oferece aos cidadãos essa atividade ilegal remunerada em que se mata e se morre, de tal modo que os próprios corpos funcionam como instrumento do poder soberano de deixar morrer e de matar, sem que seja preciso, em alguns casos, o soberano interferir diretamente para matar. Essa necropolítica cumpre um papel de destruição dos corpos não-brancos.

Muitas vezes, os traficantes exercem o papel que seria do soberano de “fazer” ou “deixar viver”, como se pode perceber na notícia divulgada sob o seguinte título: *Traficantes sequestram enfermeiras para vacinar comunidade no Salgueiro*. « Segundo testemunha, os criminosos não foram agressivos e alegaram que muitos moradores não poderiam descer o morro para se imunizarem » (Bittencourt, 2018). Em 2020, durante a quarentena relacionada com a pandemia de Covid-19, práticas semelhantes foram noticiadas: « Traficantes ordenam que moradores de favelas do RJ respeitem o isolamento social » (Rosa, 2020).

O poder de matar do governo se tornou um emblema eleitoral no Brasil em 2018, em cuja campanha o então candidato Bolsonaro e seus eleitores utilizavam um gesto com as

mãos, [ao mesmo tempo infantil e ameaçador] insinuando disparar com uma arma (Leitão, 2019; *Gazeta do Povo*, 2018). Após as eleições de Bolsonaro para presidente da República e de Wilson Witzel para o governo estadual do Rio de Janeiro, naquele ano, a biopolítica voltada para matar os moradores das favelas se intensificou e se tornou a característica principal das ações do governo daquele estado. O próprio governador Witzel sobrevoou favelas com a polícia algumas vezes, num helicóptero da polícia, de onde se dispararam tiros, atingindo uma tenda de evangélicos, em Angra dos Reis, e um morador informou que naquele dia não havia muita gente na tenda, como costuma haver, e por isso não houve nenhuma vítima (Graell, 2019).

Por outro lado, houve várias vítimas fatais desse tipo de abordagem da polícia do estado do Rio de Janeiro, que dispara aleatoriamente suas armas sobre as favelas, incluindo-se o assassinato de Ágatha Félix, de oito anos de idade, moradora do complexo de favelas do Alemão (Betim, 2019b). Outra notícia mostra relatos dos moradores da favela da Maré: « ‘Tinha helicóptero atirando de cima’: professores acalmam alunos com música durante operação que matou 8 no Rio » (Carneiro, 2019). A mesma notícia conta que « há quase um ano, outra operação com uso de helicóptero na Maré deixou sete mortos – entre eles Marcos Vinícius da Silva, de 14 anos, baleado com uniforme escolar » (Carneiro, *op. cit.*). Devido ao grande número de assassinatos de jovens e crianças cometidos pela polícia, mais de 1.500 cartas foram escritas por crianças da favela da Maré para a Justiça do Rio, com declarações e pedidos: « Não gosto do helicóptero porque ele atira e as pessoas morrem ». Outra criança diz: « eu queria que parasse a operação porque muitas famílias serão mortas e, agora, estou sem quarto porque vocês destruíram na operação ». Outra declara: « o caveirão [carro blindado da polícia] entra aqui é pra nos matar » (Betim, 2019b).

Na cidade de São Paulo, o governador João Doria expressou apoio a uma operação da polícia militar estadual que matou nove jovens da favela Paraisópolis quando eles estavam num baile *funk* (B. Ribeiro, 2019). Essa postura etnicida, vinculada à criminalização da imagem dos moradores das favelas, remonta às origens desses territórios, entre o fim do século XIX e início do século XX. Uma caricatura publicada em 1907, intitulada *Saneamento dos morros*, mostra o médico Oswaldo Cruz numa favela ao lado do prefeito e do chefe de polícia (Valladares, 2000: 8).

Considerações Finais

O povoado de *Bacurau* pode ser visto como um emblema dos territórios racializados, como Canudos, o Sertão do Nordeste, as favelas e os territórios indígenas, todos eles com as suas “horas do bacurau”. Mas, dessa vez, através de uma narrativa ficcional, esses territórios e povos vítimas de processos de extermínio desde a colonização, há 500 anos, saem vitoriosos, numa revisitação ficcional da história do país.

Um território racializado apresenta um histórico de racialização que recai sobre sua população, vítima de estigmas racistas atribuídos a ela, de modo que essa racialização e estigmatização se estendem ao território em que essas pessoas residem e resistem. A biopolítica aplicada aos territórios racializados tem sido no sentido de fazer ou deixar morrer sua população, e de tratá-la como uma ameaça ao restante do espaço e da sociedade. Nesse contexto de exclusão e exceção, a biopolítica se intercala com a necropolítica. Racialização do território implica na desvalorização das vidas que nele habitam, bem como na objeção à sua cidadania, pelo Estado e por grupos da sociedade externos a esse território.

Referências bibliográficas

- Albuquerque Júnior, D. (2011). *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- Alves, A. (2019). “Para eles, nós não somos humanos!”: habitação, território e a monitorização de violências racializadas em Portugal. *Rev. Direito Práx.*: Rio de Janeiro, Vol. 10 (03), 2068-2096.
- Betim, F. (2019a). As cartas das crianças da Maré: “Não gosto do helicóptero porque ele atira e as pessoas morrem”. Rio de Janeiro: *El País*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/14/politica/1565803890_702531.html. [13.03.2020]
- Betim, F. (2019b) As lágrimas por Ágatha no Complexo do Alemão, onde crianças se habituaram a fugir de tiros. Rio de Janeiro: *El País*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/22/politica/1569186636_712007.html. [05.02. 2020]
- Bittencourt, J. (2018). Traficantes sequestram enfermeiras para vacinar comunidade no Salgueiro. São Paulo: *Revista Fórum*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/traficantes-sequestram-enfermeiras-para-vacinar-comunidade-no-salgueiro/>. [21.03.2020]
- Brasil: Presidência da República – Casa Civil. (2004). Lei nº 10. 836, de 9 de Janeiro de 2004 cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836compilado.htm. [12.03.2020]
- Brasil 247. Estudante é condenada por tuitar contra nordestinos. São Paulo: *Brasil 247*. Disponível em: <https://www.brasil247.com/geral/estudante-e-condenada-por-tuitar-contr-nordestinos>. [15.01.2020]
- Carneiro, J. (2019). “Tinha helicóptero atirando de cima”: professores acalmam alunos com música durante operação que matou 8 no Rio. Rio de Janeiro: *BBC News*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48190478>. [04.03.2020]
- D’Agostinho, R. (2014). Dilma vence em 15 estados; Aécio, em 11 e no DF. São Paulo: G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/dilma-vence-em-15-estados-aecio-em-12-e-no-df.html> [13.03.2020]
- Éboli, E. (2018). O “L” de Lula virou revólver na campanha de Bolsonaro. Curitiba: *Gazeta do Povo*. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/ol-de-lula-virou-revolver-na-campanha-de-bolsonaro-6q0ymd5tsvj2uzp9z84fma3v/?fbclid=IwAR2UmcxKWwXg-IUivvw_kv0ckcLnnOMvYQ7jBJhC4O2SqXcXlwgm5Z1J2WQ [15.02.2020]
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Franco, M. (2014). *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da Política de segurança Pública do estado do Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Administração da Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Administração). Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>
- Godoy, L. Elenco de ‘Bacurau’ fala de Bolsonaro, censura e Marielle. (2019). São Paulo: *Terra – Cinema*. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/cinema/elenco-de-bacurau-fala-de-bolsonaro-censura-e-marielle,810efcb11eee184ca870730dcc6d59590c0gseub.html> [03.04.2020]
- Graell, F. (2019). Helicóptero usado por Witzel para sobrevoar comunidade do RJ efetuou

- disparos e atingiu tenda de grupo evangélico, diz morador. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/05/07/helicoptero-usado-pelo-governador-para-sobrevoar-comunidade-do-rj-efetuou-disparos-e-atingiu-tenda-de-grupo-evangelico-diz-morador.ghtml> [07.02. 2020]
- Hora do Povo. (2018). Bolsonaroistas expõem ódio a nordestinos. *Hora do Povo*. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/bolsonaristas-expoe-odio-a-nordestinos/?fbclid=IwAR2Eu3T9f7anXbtUIG9eYKcFpGudUuh4fJwk4PQrCIY0Io dT9bllsQJFC3M> [19.02.2020]
- IBGE (2017). Região Nordeste. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/10861-mapas-regionais.html?=&t=downloads> [20.02.2020]
- Jesus Barreto, A. Barcellos, W. A racialização do espaço urbano em Juiz de Fora: uma experiência no bairro Dom Bosco. Juiz de Fora: *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9H0vY3Z0tJoJ:https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17422/14739+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> [06.01.2020]
- Lang, M; Bianchi, P. Marielle denunciou abusos de policiais do batalhão que mais mata no Rio. São Paulo: *Uol Notícias*. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/15/marielle-franco-denunciou-abusos-de-policiais-do-batalhao-que-mais-mata-no-rio.htm#:~:text=Marielle%20Franco%20denunciou%20abusos%20de%20policiais%20do%20batalh%C3%A3o%20que%20mais%20mata%20no%20Rio,-A%20vereadora%20Marielle&text=A%20vereadora%20do%20Rio%20de,da%20Pol%C3%ADcia%20Militar\)%20de%20Acari](https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/15/marielle-franco-denunciou-abusos-de-policiais-do-batalhao-que-mais-mata-no-rio.htm#:~:text=Marielle%20Franco%20denunciou%20abusos%20de%20policiais%20do%20batalh%C3%A3o%20que%20mais%20mata%20no%20Rio,-A%20vereadora%20Marielle&text=A%20vereadora%20do%20Rio%20de,da%20Pol%C3%ADcia%20Militar)%20de%20Acari) [13.02.2020]
- Leitão, M. (2019). O gesto que identifica Bolsonaro é a mão em forma de arma. *CBN*. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/239191/o-gesto-que-identifica-bolsonaro-e-mao-em-forma-de.htm> [03.03.2020]
- Maia, K. & Zamora, M. (2018). O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. *Psicologia Clínica*, 30 (2), 265-266. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000200005&lng=pt&nrm=iso [03.02.2020]
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. Rio de Janeiro: *Arte & Ensaios*, pp. 123-151. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993> [03.02.2020]
- Medeiros, E. (2019). A gente hoje está no mapa, diz moradora de região onde foi filmado *Bacurau*. São Paulo: Exame. Disponível em: <https://exame.com/brasil/a-gente-hoje-esta-no-mapa-diz-moradora-de-regiao-onde-foi-filmado-bacurau/> [03.03.2020]
- Nascimento, S. (2020). Preta favelada: na reta final da gestação, Anielle Franco é atacada na rua por usar uma bolsa com a imagem da irmã, Marielle. *Mundo Negro*. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/preta-favelada-na-reta-final-da-gestacao-anielle-franco-e-atacada-na-rua-por-usar-uma-bolsa-com-imagem-da-irma-marielle/> [11.07.2020]
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Leher, R.; Setúbal, M. (Dir). *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais*. (pp. 35-95). São Paulo: Cortez, 2005.
- Ramos, G. (1953). *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Rego, M. (2018). *Paulistanidade e Racialização – O caso nordestino*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Disponível em:

- https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25022019-121511/publico/2018_MarinaChavesDeMacedoRego_VOrig.pdf [12.02.2020]
- Rosa, Natália. (2020). Traficantes ordenam que moradores de favelas do RJ respeitem o isolamento social. *Canaltech*. Disponível em: <https://canaltech.com.br/saude/traficantes-ordenam-que-moradores-de-favelas-do-rj-respeitem-o-isolamento-social-164590/> [10.05.2020]
- Ribeiro, B. (2019). Policiais de caso Paraisópolis são afastados; Doria nega culpa da PM. São Paulo: *Estado de São Paulo*. Disponível em: <<https://saopaulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-letalidade-nao-foi-provocada-pela-policia-militar-diz-doria-sobre-mortes-em-paraisopolis,70003110672>>. [15.02.2020]
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos-Fuser, L. (2019). *A construção da identidade da região cacauzeira na obra de Jorge Amado*. (Dissertação de mestrado, Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal da Bahia). Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https%3A%2F%2Fsig.ufsb.edu.br%2Fsigaa%2FverArquivo%3FidArquivo%3D382776%26key%3D0c49c9d58c15b0720c9f7dd9dd52c49e&ved=2ahUKEwj9vYLfjZnqAhVGLLkGHf5fAQAQFjAEegQIAxAB&usq=AOvVaw1x_ZSxnc7BdASujAHS23EH&fbclid=IwAR3sKbsS8G5TFipJFFgyA0DfZTwmQ6jVxx-fZo0f6rWZ72BVJtI2ddA6Q-w [23.05.2020]
- Santos, M. (2011). O dinheiro e o território. Santos; Bercker (Dir). *Território, territórios – Ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 13-21.
- Santos, W. (2018). Cangaço: um movimento social. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, pp. 1-9. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2018/02/cangaco-movimento-social.html> [15.01.2020]
- Valladares, L. (2000). A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 15 (44), 6-34.
- Vieira, P. (2010). A inserção do Brasil nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. Campinas: *Economia e Sociedade*, 19 (30), 499-527. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/04.pdf>> [04.02.2020]
- Zilly, B. (1999). Sertão e Nacionalidade: Formação Étnica e Civilizatória do Brasil Segundo Euclides da Cunha. *Estudos – Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, (12), 5-41.

Filmografia

- Lesclaux, E., Saïd, S., Merkt, M. & Diegues, C. (Produtores). Filho, K. & Dornelles, J. (Diretores). (2019). *Bacurau* [Filme]. Parelhas, RN: Globo Filmes, CinemaScopio, SBS Productions.
- Richers, H., Barreto, L., Trelles, D. (Produtores). Santos, N. (Diretor). (1963). *Vidas Secas* [Filme]. Minador do Negrão, Palmeiras dos Índios, AL: Herbert Richers Produções Cinematográficas.